

A abnegação tem um sentido geral que a torna virtude comum a todas as profissões.

A abnegação neste sentido é a fidelidade à profissão escolhida e praticada; é a consumação dos sacrifícios, o cumprimento das obrigações que andam indissolivelmente anexas à profissão.

Mas à parte este sentido geral da abnegação existe um sentido especial desta virtude que a converte em característica da profissão docente. Este sentido começará a desenhar-se perante vós, tão pronto imaginéis com vivacidade as limitações, as renúncias que o mestre, mais que nenhum outro profissional, tem de prati-

car na sua alma, precisamente para bem cumprir o encargo e função que a sociedade lhe confiou.

que o abandono dalguns discípulos equivale à prática duma iniquidade por parte do mestre. E a iniquidade do docente produz no ânimo dos alunos uma série de danos psíquicos, que de sobre todos vós conheceis. O menino ou o jovem, ao sentir-se abandonado, perde o seu equilíbrio vital; e ou se entrega plenamente a todas as sugestões do ambiente ou se enclausma numa reclusão solitária, que o converte em excepção mais ou menos monstruosa.

Mas ainda há um sentido, mais profundo, dessa abnegação peculiar da profissão docente. O mestre há-de trabalhar sobre um material que é

como virtude profissional do mestre.

Em toda a alma humana há uma dimensão de utopia, um escape ideal, uma contraposição pessoal ao mundo em que se vive. A vida, cada vida, é um compromisso, uma colisão entre o imperativo inexorável da realidade e o imperativo impetuoso do ideal. E todo o homem tem direito a procurar como melhor possa—como a sua realidade lho permita—a concretização e realização do seu ideal. Mas no docente este afan e esta actividade têm um limite inultrapassável: os alunos. O mestre deve conter-se, deter-se, reprimir-se com o máximo respeito pe-

rado como homem e como mestre. A sanção social que se aplica à actuação pessoal atinge-o não só no seu ser particular e privado, como também na sua personalidade profissional e pública. E daí resulta que os deveres morais comuns a todos os homens são além disso para o docente deveres profissionais; gravitam sobre ele com duplo peso e preparam-lhe dupla sanção. Vós, os que haveis resolvido dedicar a vossa vida à profissão docente, sabeis-o bem: a profissão que escolhestes é voraz e exclusivista; traga o homem por completo; não só exige a parte pública da

ABNEGAÇÃO

de MANUEL

E UTOPISMO NA PROFISSÃO DOCENTE

G. MORENTE

car na sua alma, precisamente para bem cumprir o encargo e função que a sociedade lhe confiou.

Em primeiro lugar tem o mestre de renunciar a transmitir aos alunos todo o seu saber. Por pouco que tenha—salvo casos absolutamente excepcionais—terá sempre o suficiente para «exceder-se» se não mantém a atenção alerta, preservando-se de todo o excesso. No ensino médio é onde com mais frequência cai o docente no vício do *utopismo*. Crê o docente utópico que deve levar o ensino aos extremos limites a que pode chegar no conhecimento do tema. E tal excesso é às vezes tão perturbador que anula todo o benefício do labor pedagógico. Conheci professores de latim que ensinavam aos alunos do primeiro ano fonética latina e aos do segundo métrica e versificação. Resultado: os alunos saíam sem saber nem fonética, nem métrica, nem versificação; mas além disso tampouco sabiam latim, e eram incapazes de traduzir duas linhas com dicionário.

Portanto, deve o docente ter a abnegação de refrear o generoso ímpeto que acaso o leve a ultrapassar as fronteiras assinaladas ao seu grau ou matéria. E esta contenção é principalmente difícil de praticar, quando acaso o mestre pronto descobre, entre os seus discípulos, alguns capazes de segui-lo mais além dos restantes.

E nesse caso é enorme a tentação de prescindir destes e dedicar preferentemente a sua atenção àqueles. Contra essa tentação deve o bom mestre lutar abnegadamente. Não é coisa fácil, mas esforçada, manter o nível mais homogêneo possível dentro do grupo. Não é coisa fácil; mas é requisito indispensável. Por-

o mais sensível, dúctil e maleável e ao mesmo tempo o mais atractivo: a humanidade jovem. Portanto, oferece-se-lhe espontaneamente a possibilidade de exercer uma influência sobre essas almas tenras, imprimindo nelas não só o saber que possui, mas também as suas convicções pessoais, os seus próprios ideais, acaso o que ele considera como sua missão na sociedade de que faz parte.

E' lícito ao docente exercer o proselitismo sobre os seus alunos? Evidentemente que não. A missão do docente está claramente assinalada. O mestre tem por função peculiar incorporar os seus alunos na realidade do mundo, material, espiritual, moral, estético, em que vão viver. O docente pode, como pessoa privada, ter os seus ideais particulares; pode pensar que tal ou qual instituição está mal organizada; que o momento histórico presente exige tais ou quais convicções novas. Pode também manifestar essas suas convicções, esses ideais; pode propugná-los; pode defendê-los e propagá-los. Mas não pode, não deve fazê-lo com os seus alunos, na sua escola, na sua cátedra. Da escola e da cátedra deve o docente afastar todas as suas convicções particulares, políticas e religiosas. A missão que a sociedade lhe confiou e ele aceitou não é a de procurar a transformação do mundo, mas sim a de elevar as gerações ascendentes à posse desse mesmo mundo. E' indubitável que essa renúncia do docente a actuar como reformador é das mais pungentes e dolorosas que a virtude da sua profissão lhe exige. Com ela começa a desenhar-se-nos, na sua profunda e grave tragédia, o sentido mais íntimo e delicado que contém a abnegação,

rente a liberdade da vida ascendente. Os demais homens, votados a outras profissões, não têm tal obrigação. Podem entregarse aos seus utopismos por sua conta e risco. Mas o docente deve evitar todo o proselitismo no trato com os discípulos; deve abandonar às portas da escola, do instituto, da universidade, tudo o que exceder o cumprimento da missão assumida.

Mas ainda não é tudo. O sacrifício que o docente há-de fazer da própria personalidade chega a extremos ainda mais duros. Em quase todas as outras profissões a distinção entre a vida privada e a vida pública, profissional, é clara e nítida. As virtudes profissionais e as virtudes privadas diferenciam-se com perfeita precisão. Na actuação profissional não faz mossa a actuação privada, a qual não prejudica nem beneficia aquela. Pode ser-se um excelente pai de família, um homem de virtuosa conduta pessoal e um péssimo engenheiro. Reciprocamente pode ser-se um excelente engenheiro, um arquitecto de primeira ordem e levar uma vida privada cheia de debilidades, fraquezas e até vícios graves. Mas na profissão docente não sucede assim. A profissão docente imprime carácter à vida inteira em todos os seus aspectos e cria obrigações não só para a actuação pública, profissional, como também para a actividade pessoal e privada. O mestre, o bom mestre, é-o por completo, na classe, na rua e em casa. Não pode o mestre escindir a sua vida em dois compartimentos estanques, um para a actuação pública, outro para a actuação privada. O mestre que na sua vida privada comete algum erro ou falta moral, sofre por isso duplo castigo do dos outros homens; porque é censu-

personalidade, como também a privada e íntima.

Só há outra profissão onde a fécula do profissional actua também sobre o privado com a mesma energia e gravidade: a profissão do sacerdote. Também o sacerdote há-de levar para a sua vida privada a consciência da missão pública que assume. Também o sacerdote há-de sê-lo em todos os instantes da sua existência. **Tu es sacerdos in aeternum.** Em menor escala algo parecido sucede nas profissões de médico e de político.

E' interessante perguntar: por que motivo estas profissões de mestre, de sacerdote e em menor escala—as de médico e de político são de natureza tal que o privado se converte em público e a moralidade ou imoralidade pessoal se transmite à profissional?

Temos de buscar a resposta na estrutura íntima da função que desempenham estas profissões. A maior parte das profissões são actividades individuais que recaem sobre coisas para as transformarem ou sobre realidades sociais, colectivas, para as orientarem e dirigirem. O seu objecto é um objecto morto, mecânico. O indivíduo, actuando profissionalmente sobre esse objecto morto, encontra-se sózinho perante ele. Coloca-se perante um algo, não perante um alguém; tem a haver-se com um objecto, não com um sujeito. Em troca, o docente quando actua profissionalmente—e da mesma forma o sacerdote e em menor escala o médico e o político—enfrenta-se com indivíduos vivos, não com coisas materiais ou sociais. Portanto, coloca-se perante alguém, isto é, perante quem é simultaneamente objecto e sujeito.

(Continúa na página treze)